

RESOLUÇÃO TC № 02/2014

ANEXO I

PREFEITUTA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ PREFEITO

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	Página
01	Sumário da documentação acostada, com indicação do número da página de cada item relacionada a essa Resolução.	01 a 03
02	Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas à Câmara Municipal assinado pela autoridade competente, contendo termo de responsabilidade pelas informações apresentadas.	04 e 05
03	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas, devidamente identificado e assinado pelo responsável.	06
04	Nome completo, estado civil, número do CPF e endereço residencial atualizado do Prefeito Municipal do exercício a que se refere à prestação de contas, bem como dos demais ocupantes do cargo de prefeito, evidenciando neste caso, os respectivos períodos de exercício no cargo.	07 e 08
05	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 4° desta Resolução.	09
06	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64).	10
07	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64).	11 a 13
08	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64).	14 e 15
09	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64).	16 a 18
10	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64).	19
11	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64).	20 e 21
12	Cópia do Balanço Patrimonial do exercício de 2012.	22 e 23
13	Cópia do Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência – RPPS do exercício da prestação de contas, caso o município possua RPPS.	24
14	Cópia do Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência – RPPS do exercício do exercício de 2012, caso o município possua RPPS.	25
15	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64).	26 a 31
16	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64).	32 a 56
17	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	57 a 73
18	Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.	74 a 79
19	Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas.	80 a 86
20	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	87 a 94
21	Relação totalizada de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, separando, quando do ultimo ano de mandato, os contraídos no primeiro quadrimestre e nos dois últimos quadrimestres.	95 a 106
22	Relação totalizada de restos a pagar, processados ou não, cancelados no exercício, identificando os relativos às funções Educação e Saúde e respectivas subfunções.	107
23	Relação totalizada dos restos a pagar não processados, na Função Educação, relativos a exercícios anteriores, pagos no exercício em 2013 com recursos de impostos e transferências.	108



24	Relação totalizada dos restos a pagar não processados do Fundo Municipal de Saúde, relativos a exercícios anteriores, pagos em 2013, identificando separadamente os empenhados com recursos próprios, com recursos do SUS e com outros recursos.	109
25	Relação de restos a pagar inscritos na Função Educação, identificando os valores processados e não processados, destacando os relativos ao FUNDEB e totalizando-os.	110 a 114
26	Relação totalizada de restos a pagar inscritos do Fundo Municipal de Saúde, identificando os valores processados e não processados.	115 a 118
27	Relação totalizada de restos a pagar do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, identificando os valores processados e os não processados.	119
28	Demonstrativos das despesas realizadas com recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme modelo previsto no anexo IV desta resolução.	120
29	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, empenhados com fonte de recursos do FUNDEB do exercício de 2012. Se houve pagamento ou cancelamento no exercício de 2013, evidenciá-los informando as datas respectivas.	121
30	Cópia do documento, com comprovante de recebimento, através do qual o Poder Executivo remeteu ao Poder Legislativo, para apreciação, os projetos de leis referentes ao Plano Plurianual (PPA) de 2014-2017, à Lei de Diretrizes Orçamentária de 2014 e à Lei Orçamentária Anual de 2014. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	122
31	Cópia dos comprovantes de publicação, do PPA de 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2014 e à Lei Orçamentária Anual de 2014. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	123
32	Atas das audiências públicas realizadas em 2013 para avaliar o cumprimento das metas fiscais, conforme dispõe o § 4º do art. 9º da LRF. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	124
33	Atas das audiências públicas realizadas em 2013 durante os processos de elaboração e discussão dos planos LDO e LOA, conforme exigência do Art. 48 da LRF. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	125
34	Lei de Revisão do Plano Plurianual para o exercício de 2013. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	126
35	Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos (inclusive o de metas fiscais) do exercício de 2013. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	127
36	Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos (inclusive o de metas fiscais) do exercício de 2014. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	128
37	Lei Orçamentária Anual (com os anexos) do exercício de 2013. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	129
38	Lei Orçamentária Anual (com os anexos) do exercício de 2014. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	130
39	Mapa demonstrativo das leis e decretos referentes aos créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) abertos no exercício, discriminando numero de decreto, valor, data e fontes de recursos.	131
40	Cópia das Leis e Decretos referentes aos créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) abertos no exercício. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	132
41	Relatório e parecer do Conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos vinculados pela Emenda Constitucional Nº. 53 e Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007 e alocados via FUNDEB. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	133 e 134
42	Extratos e conciliações bancárias do FUNDEB relativos ao mês de dezembro dos exercícios de 2012 e 2013.	135 a 145
43	Plano Municipal de Saúde, previsto na Lei n.º 8.142/1990, vigente em 2013. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	146
44	Programação Anual de Saúde de 2013, conforme previsto na Portaria MS n.º 3.332/2006. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	147
45 46	Relatório de Gestão da Saúde de 2013, conforme previsto na Lei n.º 8.142/1990. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL Plano de Saneamento Básico (5). ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	148 149
47	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). (6) ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	150
48	Cópia da lei de fixação dos subsídios e eventuais alterações, bem como fichas financeiras mensais dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	151
	Demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal, com os valores e datas dos repasses mês a mês.	152 e 153



50	Parecer do controle interno sobre os cálculos de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (Art. 212 da CF/88), em Ações e Serviços públicos de Saúde (Art. 2º da LC	
	141/12), na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07), sobre o repasse de Duodécimo (Art. 29-A da CF/88), sobre	154
	Despesa com Pessoal (Art. 20, inciso III da LC 101/00), sobre a Dívida Consolidada Líquida (Art. 3º, inciso II da Resolução nº 40/2001 o Senado Federal) e sobre a realização de	134
	Operação de Crédito (Art. 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2011 do Senado Federal).	
51	Anexo II e suas subdivisões nesta Resolução, devidamente preenchidos, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	155 a 159
52	Anexo III e suas subdivisões nesta Resolução, devidamente preenchidos, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	160 a 167
53	Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos contida no anexo das metas fiscais da LDO do exercício a que se refere à Prestação de Contas (Lei Complementar Federal nº 101/00, artigo 4º, § 2.º, inciso IV, alínea a).	168
54	Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA de 2013, com data base de 31/12/12 . ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL. (4)	169
55	Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA de 2014, com data base de 31/12/13. (4)	170
56	Cópia do projeto de lei enviado à Câmara Municipal prevendo a alteração de alíquotas do RPPS se houver tal previsão na avaliação atuarial. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL	171
57	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	172
58	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	173 a 176
59	Cópias do boletim de caixa e bancos referente ao último dia útil do exercício e dos extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do exercício (3).	177 a 462
60	Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido de Execução Orçamentária referente ao último período de verificação (mês de referência dezembro). ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	463
61	Decreto(s), ou outro(s) instrumento(s) normativo(s), que instituiu (ram) a Programação Financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício da prestação de contas, conforme art. 8º da LRF. ENVIO APENAS EM MEIO DIGITAL.	464 e 465
62	Anexo V desta Resolução devidamente preenchido.	466
63	Aplicativo de informações municipais estruturadas de 2013, devidamente alimentado, conforme modelo e orientações disponíveis em www.tce.pe.gov.br.	467 a 486